

<b>FEAM</b>	
Protocolo nº: 1950305/2013	PL. Nº 82
Divisão: FEPA	
Mat. _____	Visto _____

CONSELHO ESTADUAL DE POLÍTICA AMBIENTAL



Governo do Estado de Minas Gerais  
Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável  
Fundação Estadual do Meio Ambiente

**Processo nº01873/2001/002/2005**

**Referência:** Recurso a Câmara Normativa e Recursal do COPAM, infração gravíssima, porte pequeno.

**Interessado:** JACIR BRUM.

### **PARECER JURÍDICO**

A sociedade empresária em referência foi autuada por cometer uma infração tipificada no artigo 19, §3º, item 2 do Decreto nº 39.424/98, por "*descumprir determinação da Deliberação Normativa COPAM 50/2001, no art. 3º § 1º e § 2º itens IV, V e VIII constatada degradação ambiental*", sendo aplicada a multa no valor de R\$10.001,00 alterada na forma do disposto no artigo 96 do Decreto nº 44.844/08.

Inconformada a sociedade interpôs tempestivamente seu Pedido de Reconsideração, que deverá ser entendido como recurso, de acordo com o Decreto nº 44.844/08 e da Nota Jurídica nº 2.036/2009, emitida pela AGE, onde em síntese alega:

- após a vistoria realizada pela FEAM o recorrente contratou empresa de consultoria para a obtenção da autorização da reforma no empreendimento;
- as obras de adequação compreendeu, dentre outras, a troca dos tanques, a instalação de sump's nos tanques e válvulas de retenção junto às bombas;
- a área de abastecimento foi construída em piso de concreto com cimento para o sistema de drenagem com canaletas instaladas internamente à projeção da cobertura e direcionado para a caixa separadora de água e óleo ;
- com o DN 108 o empreendimento obteve o prazo de até 24 de maio de 2010 para sua regularização ambiental;
- os resíduos sólidos perigosos estão sendo armazenados em um local reservado no empreendimento para posterior envio à empresa Pró-Ambiental;
- o empreendimento realizou o teste de estanqueidade no sistema de armazenamento subterrâneo de combustíveis e apresentou todo o sistema estanque, conforme cópia do laudo anexo;
- por fim, requer a assinatura de Termo de Compromisso para a regularização ambiental do empreendimento, nos termos do artigo 47 do Decreto nº 44.844/08.

**Do ponto de vista jurídico**, a recorrente não apresentou nenhuma argumentação capaz de descaracterizar as infrações descritas no auto de infração.

Os argumentos apresentados em seu pedido são todos de conteúdo técnico descrevendo as ações e medidas adotadas no empreendimento. No entanto, em consulta ao SIAM não consta regularização ambiental do empreendimento.


No recurso apresentada o recorrente requer o Termo de Compromisso, nos termos do artigo 47 do Decreto 44.844/08, sem apresentação de proposta.

**Conclusão:**

Visando o prosseguimento do feito recomendação à Presidente da FEAM a notificação do recorrente para que apresente sua proposta de Termo de Compromisso, no prazo fixado de 30 (trinta) dias, sob pena de preclusão de seu direito.

Posteriormente, caso o recorrente não apresente sua proposta no prazo fixado pela autoridade competente, recomendamos o julgamento do recurso pela Câmara Normativa e Recursal do COPAM, a fim de que seja **indeferido o recurso** apresentado com a conseqüente manutenção da multa aplicada, devendo ser efetuada a sua cobrança, sob pena de inscrição em Dívida Ativa do Estado.

É o parecer, *s.m.j.*

  
Carmen Lúcia dos Santos Silveira  
OAB/MG 38.838 – MASP 1043.754-9